

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2022 e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	8
Balanco patrimonial	12
Demonstração do resultado	14
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração do fluxo de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	18



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE” ou “Companhia”), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 24 de março de 2021 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 – 11º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia encontra-se em fase de construção e a entrada em operação está prevista para novembro de 2023.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.



Dados técnicos da Concessão:

Extensão de linhas em construção em km:	156
Tensão em kV:	500
Subestações próprias/acessadas:	2

3) Desempenho Financeiro

3.1) Desempenho econômico-financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	0,18	16,27
• Liquidez corrente	1,80	9,59
• Relação patrimônio líquido/ativo	13,74%	93,85%
• Relação passivo não circulante/ativo	77,54%	-
• Rentabilidade do patrimônio líquido	22,63%	0,14%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	(3,73%)	(0,14%)
Ativos Totais – R\$	341.739.894	38.726.434
Lucro líquido do exercício	10.631.200	49.769

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.



O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.



Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas



Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Silvânia Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Silvânia Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Silvânia Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Silvânia Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo imobilizado e intangível

Veja as Notas 3.1, 6, 9 e 10 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esses assuntos
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2022 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 383.215 mil referente ao seu ativo imobilizado e intangível.</p> <p>Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais e vida úteis de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado e intangível como principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com o processo de análise e mensuração dos gastos de concessão reconhecidos como imobilizado e intangível;(ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e intangível;(iii) em bases amostrais, realizamos testes de inspeção documental e confronto com saldos contábeis nas adições e baixas ocorridas no imobilizado e intangível ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;(iv) recálculo da depreciação com base nas vidas úteis determinadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”);(v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis regulatórias. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outros assuntos

A Silvânia Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	51.969	22.802
Contas a receber – partes relacionadas		8	-
Outros impostos a recuperar		18	-
Adiantamento a fornecedores	8	1.601	-
Despesas antecipadas		<u>34</u>	<u>34</u>
		53.630	22.836
Ativo não circulante			
Despesas antecipadas		51	85
Imobilizado	9	260.138	8.684
Intangível	10	<u>27.921</u>	<u>7.122</u>
		288.110	15.891
Total do ativo		<u>341.740</u>	<u>38.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	11	26.829	1.147
Fornecedores - partes relacionadas	17	1.047	1.188
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	282	1
Outros impostos a pagar	12	1.606	41
Dividendos propostos		9	4
		<u>29.773</u>	<u>2.381</u>
Passivo não circulante			
Financiamentos - terceiros	13	264.999	-
		<u>264.999</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	14		
Capital social		60.001	60.001
Capital a Integralizar		(23.701)	(23.701)
Reserva legal		66	18
Reserva de lucros a realizar		1.238	344
Prejuízo acumulado		9.364	(316)
		<u>46.968</u>	<u>36.346</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>341.740</u>	<u>38.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida		-	-
Custo de construção e operação		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		-	-
Despesas gerais e administrativas	15	<u>(1.752)</u>	<u>(49)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		(1.752)	(49)
Resultado financeiro	16	<u>18.691</u>	<u>100</u>
Receita financeira		19.388	136
Despesa financeira		(697)	(36)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>16.939</u>	<u>51</u>
IRPJ e CSLL correntes	17	(6.308)	(1)
Lucro líquido do exercício		<u><u>10.631</u></u>	<u><u>50</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	<u>10.631</u>	<u>50</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>10.631</u>	<u>50</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de Lucros		Lucos (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar		
Constituição da Companhia (Nota explicativa 14).	1	-	-	-	-	1
Aumento de capital (Nota explicativa 14).	60.000	(23.701)	-	-	-	36.299
Lucro líquido do período	-	-	-	-	50	50
Constituição de Reserva Legal (Nota explicativa 14).	-	-	18	-	(18)	-
Dividendos Propostos (Nota explicativa 14).	-	-	-	-	(4)	(4)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros a realizar (Nota explicativa 14).	-	-	-	344	(344)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	60.001	(23.701)	18	344	(316)	36.346
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.631	10.631
Constituição de Reserva Legal (Nota explicativa 14).	-	-	48	-	(48)	-
Dividendos Propostos (Nota explicativa 14).	-	-	-	-	(9)	(9)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros a realizar (Nota explicativa 14).	-	-	-	894	(894)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.001	(23.701)	66	1.238	9.364	46.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Silvânia Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		16.939	51
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros sobre financiamento	13	30.504	-
Custos de transação do financiamento	13	(505)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber – partes relacionadas		(8)	-
Outros impostos a recuperar		(18)	-
Adiantamento a fornecedores		(1601)	-
Despesas antecipadas		34	(119)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros e partes relacionadas		25.540	2.335
Impostos e contribuições sociais		8.742	131
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		79.627	2.398
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.004)	-
Outros impostos pagos		(11.200)	(90)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		66.423	2.308
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	9/10	(272.253)	(15.806)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(272.253)	(15.806)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	14	-	36.300
Financiamentos captados	13	235.000	-
Dividendos pagos	14	(3)	-
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento		234.997	36.300
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		29.167	22.802
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		22.802	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		51.969	22.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “STE”), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 24 de Março de 2021 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1101, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia foi constituída com o propósito de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia encontra-se em fase de construção e a entrada em operação está prevista para novembro de 2023.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 17 de dezembro de 2020 a SGBH venceu o Leilão ANEEL nº 001/2020 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$30.186 (trinta milhões e cento e oitenta e seis mil reais) e deságio de 46,07% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 14 de maio de 2021, pelo prazo de 30 anos.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás:

- (i) Implementação de trecho de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Samambaia – Emborcação C1 e a subestação Silvânia. As ENTRADAS DE LINHA correspondentes na subestação Silvânia e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações existentes.
- (ii) Implementação de trecho de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Samambaia - Itumbiara C1 e a subestação Silvânia e a aquisição de equipamentos necessários às linhas modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações existentes.
- (iii) Dimensionar e implantar um cabo de para-raios OPGW na LT 500kV Samambaia – Itumbiara C1 em ambos os trechos de linha entre o ponto de seccionamento e as subestações terminais da LT existente, bom como dois cabos para-raios OPGW no trecho entre o ponto de seccionamento e SE Silvânia.

- (iv) Dimensionar e implantar um cabo de para-raios OPGW na LT 500kV Samambaia – Emborcação C1 em ambos os trechos de linha entre o ponto de seccionamento e as subestações terminais da LT existente, bem como dois cabos para-raios OPGW no trecho entre o ponto de seccionamento e SE Silvânia.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$ 30.186 (trinta milhões e cento e oitenta e seis mil reais) (valor histórico). A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Reforço

Em 14 de Dezembro de 2021, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autoriza a Silvânia Transmissora de Energia S.A., através da Resolução Autorizativa nº 10.989, a implantar reforços na SE Silvânia – instalação do 2º banco de reatores de barra 500kV, 3x50Mvar com RAP determinada em R\$ 5.505 (cinco milhões e quinhentos e cinco mil e trezentos e sessenta e seis reais e setenta centavos) a saber:

- (i) Instalação de um banco de reatores de barra monofásicos RT3 500 kV - 3x50Mvar;
- (ii) Instalação de um módulo de conexão com disjuntor, em 500kV, para o reator de barra RT3 500kV - 3x50 Mvar;
- (iii) Instalação de uma interligação de barramentos IB4, em 500 kV, arranjo Disjuntor e Meio;
- (iv) Complementação ao módulo de infraestrutura geral com um módulo de infraestrutura de manobra na SE Marimbondo II para instalação do 2º reator de barra 3x45,3 MVAR, 500kV, incluindo aquisição de terreno para a ampliação.

1.4 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor,

atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas nas notas explicativas 4 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 27 de abril de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A

Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 9 - Imobilizado e nota explicativa 10 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis em “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo correspondem a imobilizados e intangíveis. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da

Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável

4 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de Caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.3 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

4.4 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.6 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.7 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.8 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas no exercício apresentado.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.9 Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.10 Transação com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – Apresentação das Demonstrações Contábeis: As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.
- (a) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (b) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus

saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.

- (c) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:
 - (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
 - (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

6 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		53.630	6.459	60.089	22.836	-	22.836
Caixa e equivalentes de caixa		51.969	-	51.969	22.802	-	22.802
Contas a receber – partes relacionadas		8	-	8	-	-	-
Outros impostos a recuperar		18	-	18	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		1.601	-	1.601	-	-	-
Despesas antecipadas		34	-	34	34	-	34
Ativo de contrato	a	-	6.459	6.459	-	-	-
Ativo não circulante		288.110	2.841	290.951	15.891	710	16.601
Ativo de contrato	a	-	290.900	290.900	-	16.516	16.516
Despesa antecipada		51	-	51	85	-	85
Imobilizado	b	260.138	(260.138)	-	8.684	(8.684)	-
Intangível	b	27.921	(27.921)	-	7.122	(7.122)	-
		341.740	9.300	351.040	38.727	710	39.437

Silvânia Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		29.773	-	29.773	2.381	-	2.381
Fornecedores - terceiros		26.829	-	26.829	1.147	-	1.147
Fornecedores - partes relacionadas		1.047	-	1.047	1.188	-	1.188
Imposto de renda e contribuição social a pagar		282	-	282	1	-	1
Outros impostos a pagar		1606	-	1606	41	-	41
Dividendos propostos		9	-	9	4	-	4
Passivo não circulante		264.999	18.664	283.663	-	394	394
Financiamentos - terceiros		264.999	-	264.999	-	-	-
Impostos diferidos	c	-	18.664	18.664	-	394	394
Patrimônio líquido		46.968	(9.364)	37.604	36.346	316	36.662
Capital social		60.001	-	60.001	60.001	-	60.001
(-) Capital a integralizar		(23.701)	-	(23.701)	(23.701)	-	(23.701)
Reserva de lucros a realizar		1.238	-	1.238	344	-	344
Reserva legal		66	-	66	18	-	18
Lucro (prejuízo) acumulado	d/e	9.364	(9.364)	-	(316)	316	-
		341.740	9.300	351.040	38.727	710	39.437

Silvânia Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	-	261.558	261.558	-	5.648	5.648
Custo da operação	e	-	(232.373)	(232.373)	-	(5.151)	(5.151)
Lucro bruto		-	29.185	29.185	-	497	497
Despesas gerais e administrativas		(1.752)	-	(1.752)	(49)	-	(49)
Lucro antes do resultado financeiro		(1.752)	29.185	27.433	(49)	497	448
Resultado financeiro		18.691	(30.504)	(11.813)	100	-	100
Receita financeira		19.388	-	19.388	136	-	136
Despesa financeira		(697)	(30.504)	(31.201)	(36)	-	(36)
Lucro antes dos impostos		16.939	(1.319)	15.620	51	497	548
Imposto de renda e contribuição social	c	(6.308)	(8.361)	(14.669)	(1)	(181)	(182)
Lucro líquido do exercício		10.631	(9.680)	951	50	316	366

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido Societário	<u>37.604</u>	<u>36.662</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(297.359)	(16.516)
Imobilizado	260.138	8.684
Intangível	27.921	7.122
Impostos Diferidos Passivos	<u>18.664</u>	<u>394</u>
Patrimônio Líquido Regulatório	<u>46.968</u>	<u>36.346</u>

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido Societário	<u>951</u>	<u>366</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	316	-
Margem de construção	(9.300)	(710)
PIS/COFINS Diferido	10.122	213
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>8.542</u>	<u>181</u>
Lucro Líquido Regulatório	<u>10.631</u>	<u>50</u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada

a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacionais são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Banco	183	94
Aplicações financeiras (i)	51.786	22.708
	51.969	22.802

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado e ofereceram tanto em 2021 quanto em 2022 uma remuneração atrelada à taxa de 101,75% (banco Santander) e entre 103 e 105,75% (banco BTG Pactual) do CDI, este último dependendo do período das aplicações. Variação deve-se à emissão das debêntures em Jan/22 (Nota explicativa 11).

8 Adiantamento a fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Ordem de dispêndio (i)	471	-
Compra com entrega futura (ii)	1.130	-
	1.601	-

- (i) Saldo refere-se à elaboração de relatórios técnicos de caracterização e análise socioambiental (R3) e estimativa de custos fundiários (R5) da linha de transmissão em 800kV Graça Aranha – Silvânia, localizada nos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás.
- (ii) Saldo refere-se a compra de areia e brita para as fundações das torres de transmissão. Estas compras são feitas em toneladas, com as realizações das entregas mediante o andamento da obra.

9 Imobilizado

9.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	8.684	251.454	-	-	260.138	251.454	-	260.138	8.684
Máquinas e equipamentos	-	146.027	-	13.664	159.691	159.691	-	159.691	-
A ratear	5.151	69.457	-	3.992	78.600	73.449	-	78.600	5.151
Projetos de reforços	-	1.815	-	-	1.815	1.815	-	1.815	-
Adiantamentos a fornecedores	3.533	34.155	-	(17.656)	20.032	16.499	-	20.032	3.533
Ativo imobilizado	8.684	251.454	-	-	260.138	251.454	-	260.138	8.684

9.2 Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2022

Adições do ativo imobilizado em curso	Total
Máquinas e equipamentos (i)	159.691
A Ratear (ii)	73.449
Adiantamentos a Fornecedores (iii)	16.499
Outros (iv)	1.815
	251.454

- (i) Aquisição de equipamentos em benefício da implantação e exploração do empreendimento composto pelas instalações de transmissão de energia no estado de Goiás (Nota explicativa 1.1).
- (ii) Custos realizados em benefício da obra como um todo, que não sejam passíveis de alocação ao respectivo tipo de bem ou direito pelo sistema de ordem de imobilização – ODI.
- (iii) Adiantamentos a fornecedores referentes a fase de construção com contratos firmados ainda sem faturamento.

- (iv) Custos realizados em benefício da implantação de reforços na SE Silvânia – Instalação do 2º banco de reatores de barra 500kV, 3x50Mvar (Nota explicativa 1.3).

10 Intangível

10.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Ativo intangível em curso									
Transmissão	7.122	20.799	-	-	27.921	20.799	-	27.921	7.122
Servidão	-	164	-	16.111	16.275	16.275	-	16.275	-
Adiantamentos a fornecedores - servidões	7.122	8.989	-	(16.111)	-	(7.122)	-	-	7.122
Depósitos judiciais	-	11.646	-	-	11.646	11.646	-	11.646	-
Ativo intangível	7.122	20.799	-	-	27.921	20.799	-	27.921	7.122

10.2 Principais adições do ativo intangível em curso em 2022

Adições do ativo intangível em curso	Total
Servidões (i)	9.153
Depósitos judiciais (ii)	11.646
	20.799

- (i) Valores referentes a negociações de propriedade e desembaraço fundiário.
- (ii) Valores referentes a acordos e custas judiciais nos processos de desapropriação feitos por via judicial.

11 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores relacionados à construção (i)	26.583	1.011
Gastos ambientais e fundiários	223	118
Serviços	23	18
	26.829	1.147

- (i) Variação refere-se substancialmente após as emissões das licenças para a construção da linha de transmissão de energia elétrica em 2022, consequentemente com o aumento do número de contratos firmados com os subcontratados do epcista e seus respectivos pagamentos mensais.

12 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ (i)	57	-
CSLL (i)	225	-
	282	-

Outros impostos

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (i)	1.040	-
ISS (i)	416	35
INSS (i)	130	-
Pis/Cofins/CSLL (i)	14	3
IRRF retido na fonte (i)	6	3
	1.606	41

- (i) Variação refere-se substancialmente após as emissões das licenças para a construção da linha de transmissão de energia elétrica em 2022, consequentemente com o aumento do número de contratos firmados com os subcontratados do epcista e seus respectivos pagamentos mensais.

13 Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Debêntures	Jan/22	Jan/25	SGBH	1,40% CDI	264.999	-
					<u>264.999</u>	<u>-</u>
Circulante					-	-
Não circulante					264.999	-
					<u>264.999</u>	<u>-</u>

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

<u>Financiador</u>	<u>Saldo inicial Bruto 31/12/2021</u>	<u>Juros, variação monetária e cambial</u>	<u>Liquidação juros</u>	<u>Novas captações</u>	<u>Custo de transação a amortizar</u>	<u>Saldo final Bruto 31/12/2022</u>
	-	30.504	-	235.000	(505)	264.999
Total	<u>-</u>	<u>30.504</u>	<u>-</u>	<u>235.000</u>	<u>(505)</u>	<u>264.999</u>

Debêntures

Em 18 de janeiro de 2022 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Silvânia Transmissora de Energia S.A., com desembolso em 31 de janeiro do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 235.000 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), com amortização a ser realizada em parcela única, na data do vencimento, em 25 de janeiro de 2025.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI + 1,40% a.a., os juros remuneratórios serão pagos em uma única parcela, na Data de vencimento das Debêntures.

a) Garantias

- Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 24 de março de 2021 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R\$ 1 cada, totalizando R\$ 1 (mil reais).

Em 18 de junho de 2021 foi aprovado o aumento de R\$ 60.000 (sessenta milhões) de novas ações ordinárias normativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 o capital social subscrito e da Companhia é de R\$ 60.001 (sessenta milhões e mil reais) dividido em 60.001 ações ordinárias nominativas subscritas, sendo R\$ 36.300 (trinta e seis milhões e trezentos mil reais) já integralizados no decorrer de 2021 e R\$ 23.701 (vinte e três milhões e setecentos e um mil reais) com expectativa de serem integralizadas até a data de entrada da operação em novembro de 2023, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada conforme AGE de 18 de junho de 2021. A composição acionária está demonstrada a seguir

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	<u>100,00%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer outra destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de lucros a realizar

A Companhia destinou para a conta de reserva de lucros a realizar, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

d. Dividendos mínimo obrigatórios

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido societário do período	951	366
Reserva legal (5%)	<u>48</u>	<u>18</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>903</u>	<u>348</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>903</u>	<u>348</u>

	31/12/2022	31/12/2021
	<u>9</u>	<u>4</u>
Constituição da reserva de lucros a realizar	<u>894</u>	<u>344</u>

15 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(1.099)	-
Serviços de terceiros	(355)	(43)
Arrendamentos e Aluguéis	(127)	-
Administradores	(49)	-
Materiais	(35)	-
Tributos	(20)	(2)
Outros	(67)	(4)
	<u>(1.752)</u>	<u>(49)</u>

- (i) A incidência de despesas com pessoal em 2022 ocorre devido à inclusão de STE, em julho de 2022, no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura (Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016) entre a SGBH e suas controladas.

16 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	<u>19.388</u>	<u>136</u>
Receita de aplicações financeiras (i)	19.384	136
Outras receitas	4	-
Despesa financeira	<u>(697)</u>	<u>(36)</u>
Custos de transações s/ debêntures (ii)	(414)	-
IOF, comissões e taxas (iii)	(278)	(2)
Atualização monetária	-	(34)
Outras despesas financeiras	(5)	-
	<u>18.691</u>	<u>100</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao aumento das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2022 (Nota explicativa 6).
- (ii) Variação deve-se à emissão das debêntures em janeiro/22 ocasionando os custos de transações mensais desde sua emissão (Nota explicativa 11).
- (iii) Variação deve-se à emissão das debêntures em janeiro/22 ocasionando seus custos de comissionamento; e ao aumento das aplicações financeiras e consequentemente dos seus resgates com incidências de IOF.

17 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro presumido)

Apuração IRPJ	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas (i)	-	-
Base de cálculo (8%)	-	-
Outras receitas (ii)	18.624	5
Base de cálculo	18.624	5
IR devido	(4.632)	-
Total de IRPJ	(4.632)	-
Apuração CSLL	31/12/2022	31/12/2021
Receitas brutas (i)	-	-
Base de cálculo (12%)	-	-
Outras receitas (ii)	18.624	5
Base de cálculo	18.624	5
CSLL devido	(1.676)	-
Total de CSLL	(1.676)	-
Total de IRPJ/CSLL	(6.308)	-

18 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

18.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	<u>8</u>	<u>-</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	8	-

18.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.047</u>	<u>1.188</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.047	-
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (iii)	-	1.188

18.3 Resultados

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	<u>1.472</u>	<u>-</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.351	-
Aluguel (ii)	121	-

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho N° 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Saldo refere-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) Em maio de 2021, a Companhia assinou o contrato de concessão com Aneel, no qual está previsto reembolsos de estudos vinculados a concessão nos termos do art. 21 da lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, os quais serão de uso exclusivo para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, não se constituindo em propriedade da Transmissora, sendo de responsabilidade da Companhia a emissão e o encaminhamento da respectiva fatura à Transmissora.

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 19.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

19.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	51.969	22.802
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	17	8	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores terceiros	11	26.829	1.147
Fornecedores - partes relacionadas	17	1.047	1.188
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	264.999	-

19.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os pagamentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

- **Saldo contábil:** R\$ 264.999
- **Cálculo valor justo:** R\$ 267.068

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

20 Gestão de Risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais mil

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	51.969	22.802
Passivos Financeiros		
Financiamentos - terceiros	264.999	-

21 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros, visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos

em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade Civil	Risco Civil	20.000	-
Seguro Garantia	Risco operacional	<u>21.222</u>	<u>21.222</u>
Total Seguros		<u>41.222</u>	<u>21.222</u>

23 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 192.474. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
STE-PM-2021-4187	Prysmian	OPGW	19/11/2021	178
STE-PM-2021-5491	Marte	Estudo de estruturas	15/02/2022	117
STE020225954	PLP	Sistema de amortecimento	01/04/2022	12
STE020225952	Fibra Telecom	OPGW	31/03/2022	5.769
STE-PM-2022-7934	Abengoa	IPARO – aluguel de equipamento	03/11/2022	58
STE-PM-2022-7344	Sepco1	IPARO - aluguel de equipamento	03/10/2022	54
STE-PM-2021-4093	XPTT	EPC - Linha de transmissão	14/06/2021	14.630
STE-PM-2021-4101	Topocart	Topografia	18/06/2021	34
STE-PM-2021-4107	Marte	Projeto básico e executivo	17/06/2021	318
STE-PM-2021-4160	Marte	Projeto de estrutura	15/10/2021	156
STE-PM-2021-4358	Geo Advance	Sondagem	24/08/2021	269
STE-PM-2021-5411	Brametal	Estrutura	28/04/2022	15.441
STE-PM-2022-6222	Belgo	Cabo Estaiado	18/05/2022	1.258
STE-PM-2022-6307	PLP	Acessórios	24/05/2022	1.184
STE-PM-2022-6567	Vercon	Industrialização das estacas e tirantes	04/06/2022	568
STE-PM-2022-6567	Vértice	Industrialização das estacas e tirantes	04/06/2022	998
STE-PM-2022-6222	Sae Towers	Ferragens de cadeias e acessórios para cabos condutores e pára-raios	20/05/2022	4.449
STE-PM-2022-6309	Prysmian	Cabos de para-raios e cabos de OPGW	20/05/2022	581
PO_000865	Votorantim	Cimento	31/05/2022	331
PO_000867	Ciplan	Cimento	31/05/2022	160
PO_000872	Gerdau	Fornecimento de aço	31/05/2022	830

PO_001540	Posto Bonfinópolis	Combustível	23/09/2022	985
PO_001542	Posto Três Barras	Combustível	23/09/2022	870
PO_001543	Posto JM Eirelli	Combustível	23/09/2022	930
PO_001544	Posto União	Combustível	23/09/2022	790
PO_001545	Sabor da Carne	Refeição	23/09/2022	2.461
PO_001539	Versátil	Projetos/estudos	23/09/2022	50
STE-PM-2021-4126	CET Brazil	EPC – Subestação	14/07/2021	82.744
STE-PM-2021-4144	Tractebel	Projeto executivo	28/09/2022	588
STE-PM-2022-7445	Procel	Construção	07/10/2022	6.570
STE-PM-2022-7859	Brafer	Estruturas de aço	28/11/2022	2.753
STE-PM-2022-7766	JWZN/EPEI	Reator	21/12/2022	10.000
STE-PM-2021-4418	E-Guana	SIGET	09/12/2021	40
STE-AD-2022-7893	CET Brazil	EPC – Projeto de reforço	06/10/2022	30.717
STE-PM-2022-7854	Procel	Construção – obra civil	06/10/2022	2.878
STE-PM-2022-8194	Brafer	Estruturas de aço	28/11/2022	1.129
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Engenharia do proprietário	28/08/2021	1.574
				192.474

Cronograma de vencimento

	Em R\$
2023	192.474
2024	-
2025 em diante	-
	192.474

24 Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” ou “possível” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários conforme orientações do CPC 25 (Provisões, Passivo Contingente e ativo).

25 Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 a Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE”) assinou o Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro com sua controladora State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”), mutuária da operação, os desembolsos ocorrerão conforme necessidade, no montante total de até R\$ 260.000 (duzentos e sessenta milhões de reais). Sobre o montante efetivamente desembolsado, incidirão juros equivalentes a 110% CDI a.a. com pagamento de juros e principal em parcela única na data do vencimento, a ocorrer em 30 de setembro de 2023.

Xi Zongyue
Diretor Presidente

Ricardo Félix
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2